

Reportagem Especial

PARALISAÇÕES

Após baderna, greve chega ao fim

Depois de 17 dias de paralisação, protestos e muita confusão, os trabalhadores da construção civil voltam hoje ao trabalho

Depois de 17 dias seguidos em greve e fazendo protestos com direito a pancadaria e atos de vandalismo durante o dia de ontem, em Vitória, cerca de 30 mil trabalhadores da construção civil retornam hoje ao trabalho.

O fim da paralisação foi anunciado ontem, depois que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) voltou atrás e manteve o reajuste de 14% à categoria, sendo 12% retroativos a 1º de maio, acrescidos de 2% a partir de novembro deste ano.

Esse percentual havia sido concedido em julgamento do pleno do Tribunal Regional do Trabalho no Espírito Santo (TRT-ES).

Só que o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Espírito Santo (Sinduscon-ES) entrou com pedido de efeito suspensivo desse reajuste no TST. O pedido foi concedido parcialmente pela ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, vice-presidente do TST, no dia 25 de julho.

A ministra, que estava respondendo pela presidência na ocasião, determinou que fosse concedido reajuste de 7,5% sobre os salários, retroativo a 1º de maio deste ano.

Sem aceitar a redução do percentual, representantes dos trabalhadores entraram em greve e ingressaram com um pedido de reconsideração da decisão liminar, chamado de agravo regimental.

Porém, na última segunda-feira, o ministro presidente do TST, João Oreste Dalazen, restabeleceu os 14% à categoria. A decisão só foi divulgada ontem. Ainda cabe recurso.

Em sua decisão, ele destacou o aquecimento da economia capixaba e falou sobre o cenário favorável do mercado imobiliário de agora até 2014, considerando as medidas de redução de juros para o setor.

“Casualmente, quem estava na presidência era a ministra Cristina Peduzzi. Quando o ministro Dalazen chegou e foi analisar o agravo regimental, ele voltou atrás parcialmente. Quanto ao auxílio-alimentação, ele manteve a suspensão que a ministra havia dado”, explicou a desembargadora presidente do TRT-ES, Claudia Cardoso de Souza.

Ou seja, com relação à alimentação, a ministra restringiu o acréscimo de assiduidade a R\$ 30 e deixou de estender os R\$ 400 aos trabalhadores.

“O que o Tribunal espera é que haja uma pacificação desse conflito”

Claudia Cardoso de Souza, desembargadora presidente do TRT-ES



CLAUDIA DE SOUZA informou que as empresas ainda podem recorrer da decisão que deu aumento a trabalhadores

ENTENDA O CASO

TST voltou atrás e aprovou 14% de reajuste

Primeira paralisação

- ▶ OS TRABALHADORES da construção civil entraram em greve pela primeira vez neste ano no dia 7 de maio. Eles ficaram parados por 18 dias.
- ▶ ENTRE AS REIVINDICAÇÕES, eles queriam um aumento de 14%.

Dissídio

- ▶ NO DIA 4 DE JULHO, o TRT-ES julgou dissídio coletivo dos trabalhadores e estabeleceu reajuste de 14% para os trabalhadores da construção civil.

Liminar

- ▶ NO DIA 25 DE JULHO uma liminar expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) fixou o reajuste salarial da categoria em 7,5%.
- ▶ A DECISÃO foi tomada após o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES) ter entrado com recurso.

Nova greve

- ▶ NO DIA ÚLTIMO 6, a categoria resolveu novamente entrar em greve para reivindicar o reajuste anterior.

Divisão

- ▶ NA SEMANA PASSADA, 35 mil trabalhadores voltaram ao trabalho em

função de acordos individuais firmados entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sindraconst-ES) e empresas.

- ▶ OUTROS 30 MIL empregados decidiram manter a greve.

Corte

- ▶ NO DOMINGO, o Sinduscon-ES declarou que os trabalhadores em greve não receberiam o adiantamento e teriam o ponto cortado, já que consideravam a greve ilegal.

Liminar derrubada

- ▶ NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA, o TST voltou atrás de uma liminar do próprio órgão que previa um reajuste de 7,5% e concedeu um reajuste de 14% à categoria. Ainda cabe recurso.
- ▶ COM A DECISÃO, o piso salarial do auxiliar de obras, que é o menor salário, passaria de R\$ 605 para R\$ 689,70.



CATEGORIA durante assembleia



CONSTANTINO Dadalto: sem salário

Trabalhadores ameaçam fazer nova paralisação

Embora a Justiça tenha concedido o reajuste de 14% aos trabalhadores da construção civil, ponto fim à greve, a categoria ameaça fazer nova paralisação caso o ponto dos dias não trabalhados seja realmente cortado.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado (Sindraconst-ES), Paulo César Borba Peres, disse que no próximo domingo pela manhã será realizada uma assembleia para tratar sobre o assunto.

“Já enviamos uma notificação ao sindicato patronal pedindo que eles paguem todos os dias de greve. Se no próximo dia 5 o salário vier com desconto, vamos parar novamente as atividades”, afirmou Peres.

Do outro lado, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES) se recusa a pagar pelos dias não trabalhados durante o período em que estava valendo a liminar do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia reduzido o valor do reajuste de 14% para 7,5%.

“Nesse caso, não se trata de uma greve. Esses trabalhadores estavam simplesmente faltando ao trabalho e não vão receber pelos dias não trabalhados. Não é justo com aqueles profissionais que continuaram com suas atividades normalmente, cumprindo com a decisão judicial”, afirmou o presidente do Sinduscon-ES, Constantino Dadalto.

Já o Tribunal Regional do Trabalho no Espírito Santo (TRT-ES), informou que até o dia em que o dissídio coletivo foi julgado no Estado, em 4 de julho, a greve não foi considerada abusiva. Diante disso, o ponto não poderá ser cortado.

Porém, na segunda paralisação, iniciada no último dia 6, será preciso que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) faça essa análise.

A reportagem solicitou ao TST a informação sobre o corte de pontos e se a greve será considerada abusiva, mas não obteve retorno.

Empresas vão recorrer da decisão

Os empresários da construção civil garantiram que vão cumprir a decisão judicial que concedeu reajuste de 14% aos trabalhadores, mas afirmaram que vão recorrer da decisão.

“Vamos continuar com a nossa política de respeito às decisões judiciais e vamos cumprir com o reajuste. Porém dentro do prazo legal vamos recorrer da decisão”, declarou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil

do Espírito Santo (Sinduscon-ES), Constantino Dadalto.

Ele ressaltou também que um reajuste da ordem de 14% no salário dos trabalhadores vai acabar impactando no preço dos imóveis.

“As despesas com a mão de obra representam 50% do Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil e, havendo alteração nesse índice, isso reflete no valor das unidades”, explica Dadalto.

Porém, o presidente do Sindus-

con-ES acrescenta que não é possível estimar o percentual de reajuste dos imóveis, já que há outros fatores no mercado que influenciam no preço final.

Dadalto lamentou também a ação do movimento grevista dos trabalhadores ontem.

“Lamentamos pelos excessos cometidos, agressões a pessoas e prejuízo patrimoniais. É lastimável que falte uma liderança consciente de trabalhadores”, criticou.

Reportagem Especial

PARALISAÇÕES

Dia de pancadaria e engarrafamento

A manifestação dos trabalhadores da construção civil resultou em engarrafamento, baderna e pancadaria nas ruas de Vitória na manhã de ontem.

Por volta das 9 horas, os grevistas saíram da Praça dos Namorados e seguiram em passeata até a avenida Reta da Penha, na altura do Barro Vermelho, onde permaneceram das 10 horas às 13 horas, protestando em frente ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-ES).

Exaltados, alguns trabalhadores invadiram um canteiro de obras em Santa Luiza, onde está sendo construída a sede da Ecosoft.

O sócio-proprietário da empresa, Luiz Cláudio Santolim, contou que, para impedir a atividade os trabalhadores que atuavam no canteiro, os manifestantes quebraram o tapume, danificaram equipamentos e arremessaram pedras e ferramentas.

“Foi uma selvageria. Pessoas ficaram feridas e uma máquina foi danificada, causando um prejuízo de, pelo menos, R\$ 50 mil.”

Durante o quebra-quebra, o sócio-proprietário da Exata Engenharia, responsável pela obra da sede da Ecosoft foi agredido e precisou de atendimento médico.

Ambientes da Casa Cor, que está montada na rua Constante Sodré, na Praia do Canto, também foram invadidos e depredados.

Na sala de cinema, os manifestantes espalharam tinta pelo chão, em móveis e em duas TVs LED, de 50 polegadas.

Também houve confusão entre os próprios grevistas. Dois trabalhadores que se desentenderam partiram para agressão no meio da rua.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado (Sintraconst-ES), Paulo César Borba Peres, disse que orienta os trabalhadores que reivindiquem de forma pacífica e que não presenciou atos de vandalismo. “Se alguém se excedeu, cabe à polícia investigar.”

Um engarrafamento que durou cerca de três horas na Reta da Penha e ruas no entorno também foi consequência do protesto.

O comandante do Batalhão de Trânsito, tenente-coronel Wallace Brandão, estimou que cerca de 600 trabalhadores bloquearam a via nos dois sentidos, até que uma faixa de cada lado foi liberada.

Centenas de pessoas chegaram atrasadas no trabalho. Outras reclamavam que perderam consultas médicas e exames.



FOTOS: ANTONIO MOREIRA/AT



BRIGA, ENGARRAFAMENTO E DISPUTA POR LANCHE marcaram a manifestação na Reta da Penha ontem



MOMENTO em que trabalhadores da construção civil invadiram uma obra

CASA COR

Ambiente ficou danificado

O sentimento de frustração tomou conta dos arquitetos Vitor Cipriano e Claudete Lovati ontem, ao ver o ambiente que montaram na Casa Cor danificado, durante a manifestação dos trabalhadores da construção civil.

“Dá uma sensação de total impotência. Essa situação é muito es-

tressante disse Vitor”.

A organizadora da Casa Cor, Rita Tristão, classificou o ação dos grevistas como “vandalismo”. “Eles invadiram ambientes já finalizados, jogaram tinta no chão, em móveis e aparelhos de TV. Além do estrago, tivemos que parar as obras. Ainda não calculamos os prejuízos”.



AGRESSÃO

Pauladas e pedras

O engenheiro e empresário, Bruno Boechat, 38, estava trabalhando em um canteiro de obras no bairro Santa Luzia, em Vitória, quando o local foi invadido por grevistas da construção civil e ele foi agredido.

“Eles deram pauladas, jogaram pedras e arremessaram uma marreta de 10 quilos, que atingiu minha cabeça de raspão, abrindo um corte. Se pega em cheio, tinha me matado”, conta.

Para Bruno, a manifestação extrapolou os limites. “São baderneiros, não são trabalhadores”, disse.



“Agressão é prática reprovável”

“Atos de vandalismo e agressão física são práticas reprováveis. De maneira nenhuma isso é admitido pelo Direito. Isso é um excesso, um abuso, e evidentemente tem de haver as consequências previstas para esse tipo de coisa.”

Essa é a opinião da desembargadora presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) Claudia Cardoso de Souza. Mas ela destacou que às vezes esses atos não podem ser atribuídos ao movimento, mas a pessoas isoladas.

O advogado, consultor jurídico e professor universitário Caleb Salomão Pereira salientou que a greve é um direito garantido por lei. “É

inegável que esse é um instrumento legal de pressão do empregado para reivindicar direitos negados pelo patrão. Mesmo assim, excessos e abusos devem ser punidos. Uma greve não dá direito a ninguém de perturbar a ordem pública e depredar patrimônio alheio”.

Ele afirmou, ainda, que manifestantes não têm o direito, por exemplo, de interromper a via urbana totalmente: “A greve é um embate entre empregados e empregadores. A sociedade nada tem a ver e não pode ser prejudicada.”

POLÍCIA

Sobre os questionamentos da

falta de ação da Polícia Militar para impedir a depredação de imóveis, o comandante do Policiamento Ostensivo Metropolitano (CPOM), o coronel Edmilson dos Santos, frisou que a estratégia foi tentar negociar primeiramente e evitar confronto direto.

“Se preciso fosse, o BME seria acionado de imediato, mas para evitar um mal maior, com possíveis feridos, optou-se pela tentativa de negociação. Por isso, preferimos não impedir que imóveis fossem invadidos à força”, afirmou.

No caso da agressão ao empresário, ele disse que o fato não foi presenciado pela PM.